



PROMOVE-SE LAMBEBOTISMO EM TETE

Governo de Tete censura órgãos de informação críticos à governação

Agora, apenas considera como parceiros a RM e a TVM que, por sinal, nunca reportam matéria que coloque em desvantagem a política governamental, mesmo que os dados no terreno indiquem claramente isso.

Por José Mirione

O gabinete do governador de Tete, através do Departamento de Imprensa, informou semana passada que a Imprensa já não pode acompanhar as actividades do Governo provincial, mormente a "governacão aberta" com as deslocações pagas pelo Estado, como tem acontecido. O Governo alega que, de agora em diante, apenas irá suportar deslocações dos órgãos públicos.

A medida afecta

apenas os órgãos de informação privados, nomeadamente, Magazine Independente, Canal de Moçambique, STV, O País, Rádio Sirt e Jornal Calowera, que a partir dessa medida ficam interditos de acompanharem as actividades levadas a cabo pelo governador, Alberto Vaquina.

O adjunto do assessor de Imprensa no gabinete do Governador, Manuel Simpone, informou aos jornalistas dos órgãos visados que o Governo provincial recebeu indicações do Gabinete do Primeiro Ministro, em Maputo,

que todos órgãos que não são do Governo estão interditos de reportar actividades do Governo provincial, assim como estão igualmente proibidos de acompanhar as deslocações do governador e de qualquer direcção provincial. Apenas são permitidos, conforme o assessor, a Televisão de Moçambique - TVM, e Rádio Moçambique. Trata-se de órgãos que fazem coro positivo à política governamental, mesmo que as evidências no terreno indiquem o contrário. Aliás, tais órgãos, até certo ponto, não precisam, compara-

tivamente aos banidos, de mais financiamentos do Estado, uma vez que vivem do Orçamento Geral do Estado, para além de que no caso da RM, os cidadãos ainda são obrigados a desembolsar mais dinheiro, através da taxa de rádio no acto do pagamento da factura da corrente eléctrica, bem como pelos automobilistas no acto da actualização dos manifestos.

"Esta é uma ordem central. Todas direcções provinciais já estão informadas da situação", informou Simpone.

Segundo Simpone, todas as deslocações de

jornalistas que não sejam da TVM ou da RM, para cobrir as actividades governamentais, devem ser custeadas pelos respectivos órgãos.

Todo este imbróglio surge pelo facto de órgãos privados, ainda que as respectivas deslocações para a cobertura das actividades do Governo serem suportadas pelo executivo, não deixarem de abordar os assuntos constatados no terreno, do ponto de vista que não seja do agrado do Governo. Enquanto a TVM e a RM fazem de tudo para noticiar os factos, sempre do ponto de vista governamental, mesmo que haja algo que consubs-

tancie a má governação.

A medida já está em curso

A medida de apenas custear a deslocação da tal chamada Imprensa obediente já começou. Há uma semana, aquando da visita da ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, todos órgãos independentes foram banidos e a situação voltou a verificar-se na manhã do dia 17 de Agosto, quando jornalistas desses órgãos foram excluídos da cerimónia do dia da SADC, que teve lugar no posto administrativo de Zobwe, distrito de Moatize. CM

NOS ARREDORES DA CIDADE DE MAPUTO

Populares denunciam trio de criminosos

Por Conceição Vitorino

Graças a denúncias de populares, a Polícia da República de Moçambique (PRM) conseguiu neutralizar nesta segunda-feira, 23 de Agosto, no bairro de Mavalane, arredores da cidade de Maputo, um trio de supostos criminosos que se de-

dicava ao assalto em residências, bem como em estabelecimentos comerciais, com recurso a arma de fogo.

O trio ora sob custódia policial numa das esquadras da cidade de Maputo é composto por indivíduos de idades compreendidas entre 23 e 33 anos e portava na altura da sua detenção seis armas

de fogo, sendo quatro com munições e do tipo AK47, e as outras duas Macarov sem munições.

Pedro Cossa, portavoz do Comando Geral da PRM, confirma o facto acima descrito e disse que "as armas de guerra devem ser guardadas em local seguro e não sob pertença de indivíduos como se tem verificado nos últimos tempos". CM

Polícia tenta baleiar jornalista do Canal de Moçambique.

Tudo aconteceu por volta das 14 horas, no distrito de Moatize quando o repórter Jorge José Mirione, regressava da localidade de Madamba, distrito de Moatize, em missão de serviço.

O enredo aconteceu no posto de controlo, há cinco quilómetros da vila de Moatize, cujo posto é constituído por três forças do Ministério do Interior, nomeadamente: Polícia de Protecção, Polícia de Intervenção Rápida e Polícia Trânsito. A vítima viajava num transporte de passageiros que foi mandado parar no local para efeitos de controlo de movimento.

No acto da fiscalização um dos passageiros desceu do carro e dirigiu-se à mata para fazer necessidades menores.

No seu regresso foi interpelado por um dos agentes da FIR e dirigido de imediato para a parte traseira de uma tenda ali montada onde repousam os agentes.

Acto contínuo, um dos agentes dirigiu-se ao local onde tinha sido encaminhado o aludido passageiro, munido de chamboco e portando arma de fogo.

O repórter desceu do "chapa 100" e aproximou-se do local para se inteirar do que estava a acontecer por detrás daquela tenda.

O acto do repórter foi impedido por um dos agentes, ainda que este se identificasse como profissional de comunicação social.

Perante a insistência de Mirione em ver as coisas, os agentes soltaram o cidadão em causa de nome Martinho Augusto e começaram com ameaças contra o repórter, manipulando armas, alegando que estavam a agir dentro da lei.

É que, na altura, o repórter do Canal de Moçambique estava insistindo com os agentes para que não chabocassem o indivíduo. A situação atingiu gravidade quando o repórter fez questão de fotografar

a cena. Aí os agentes começaram a manipular as armas. A sua acção acabaria sendo frustrada graças a intervenção popular que acudiu em defesa do repórter, para além da intervenção de um dos agentes da Polícia de Protecção que chamou à razão dos seus colegas da FIR sobre o que queriam fazer.

"Temos as armas e chambocos para usarmos, pois a Assembleia da República aprovou esta lei. Bater num criminoso não é crime. Enquanto continuarmos com este material vamos usá-lo", ia dizendo um dos agentes.

Comando Distrital

Após a ocorrência, o repórter meteu queixa no Comando Distrital de Moatize. O oficial que lhe atendeu negou identificar-se e impediu que este fizesse qualquer tipo de anotação, alegando que naquele local o único que poderia escrever era ele, o oficial. (Redacção)

Cadeias têm novo director

Eduardo Sebastião Mussanhane, Comissário da Polícia, é o novo director geral do Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI) e substitui daquelas funções João Zeferino Zandamela, 1.º Comissário da Polícia. João Zeferino Zandamela assumiu as funções de director geral do Serviço Nacional das Prisões aos 20 de Junho de 2006.

O novo director

geral do SNAPRI é licenciado em Direito e tem Pós-Graduação em Direito das Empresas pela A Politécnica. Funcionário do Estado desde 1975, Eduardo Sebastião Mussanhane desempenhou várias funções, sendo a destacar, entre elas, a de comandante Nacional de Trânsito, comandante Nacional da Polícia Fiscal, director de Pessoal e

Formação do Comando Geral da Polícia. Desempenhou também as funções de Coordenador do Programa da Reforma da Polícia, de coordenador nacional do Projecto de Apoio ao Cidadão no acesso à Justiça (PACAJ).

O novo director geral toma posse na presente quinta-feira, amanhã, dia 25 de Agosto, no Gabinete do Primeiro-Ministro. (Redacção)